

Considerando o problema sob o ponto de vista teórico-epistemológico, o texto pretende oferecer ao leitor uma contribuição ao entendimento daquilo que se perdeu daquilo que não se ganhou com o deslocamento pós-moderno da Totalidade para a Diversidade.

Ronaldo Rosas Reis

O abandono da totalidade e a distopia da diversidade

The abandonment of totality and the dystopia of diversity

RONALDO ROSAS REIS*

Resumo

O presente artigo tem por objetivo comentar criticamente o abandono pós-moderno da Totalidade como categoria central de análise dialética da realidade. Seu objeto de estudo é o pensamento ultraliberal e suas articulações com as tendências teóricas desconstrutivistas (Foucault, Derrida, Lyotard etc.), neoiluministas (Habermas) e pragmático-multiculturalistas (Rorty, Hall, Giroux etc.) que definem e caracterizam o pós-modernismo. O texto analisa a expansão dessas tendências nos países de economia dependente e profundamente marcados pela desigualdade entre as classes sociais. Nesse sentido, a análise procura destacar essa expansão no Brasil, especialmente no meio acadêmico e, nele, na Educação.

Palavras-chave:

Totalidade; Política; Classe; Pós-modernismo.

Abstract

This article aims to establish a critical commentary on the postmodern abandonment of Totality as the central category of the dialectical analysis of reality. Its object of study is the ultraliberal thought and its articulations with the tendencies of deconstructive theory (Foucault, Derrida, Lyotard, etc), new-enlightenment (Habermas) and pragmatic-multiculturalists (Rorty, Hall, Giroux, etc) whose work define and characterize postmodernism. The article also analyzes the expansion of these trends in economically dependent countries with social classes deeply marked by inequality. This way, the analysis seeks to emphasize this expansion in Brazil, especially in university and Education as a whole.

Keywords:

Totality; Politics; Classes; Postmodernism

* Doutor em Comunicação e Cultura pela UFRJ; Pós-Doutorado em Educação pela UFMG; Professor Associado da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense/RJ; E-mail: ronaldo.rosas@globocom

Apresentação

O presente artigo tem por objetivo estabelecer um comentário crítico sobre o abandono pós-moderno da *Totalidade* como categoria central de análise dialética da realidade. Seu objeto de estudo é o pensamento ultraliberal e suas articulações com as tendências teóricas desconstrutivistas (Foucault, Derrida, Lyotard etc.), neoiluministas (Habermas) e pragmático-multiculturalistas (Rorty, Hall, Giroux etc.) que definem e caracterizam o pós-modernismo. O texto, em caráter de esboço teórico, analisa a expansão dessas tendências nos países de economia dependente e profundamente marcados pela desigualdade entre as classes sociais. Nesse sentido, a análise procura destacar essa expansão no Brasil, especialmente no meio acadêmico e, nele, na área da Educação.

Considerando o problema sob o ponto de vista teórico-epistemológico, o texto pretende oferecer ao leitor uma contribuição ao entendimento daquilo que se perdeu e daquilo que não se ganhou com o deslocamento pós-moderno da *Totalidade* para a *Diversidade*. Antecipando ao que se expõe na conclusão do trabalho, penso que ao virarem as costas para a *Totalidade* acusando-a, dentre outras coisas, de contaminada pela política e pelo dogma ideológico, as tendências pós-modernas acabaram caminhando contraditoriamente para uma posição ilusória e ambígua face às injustiças e desigualdades sociais. Ilusória, porque a contrapartida da *Diversidade* acabaria se tornando ela própria uma política fragmentada a disputar posições de pouca importância coletiva no macro espaço da luta de classes. Ambígua, porque como posição política, a *Diversidade* é uma contradição em termos, logo, para se positivar no espaço social ela necessita manifestar-se mediante *demandas ideológicas* (sexuais, étnicas, raciais, ambientais, necessidades especiais etc.) de frações sociais que reivindicam e disputam no espaço do cotidiano – vale dizer, sem qualquer legitimidade de classe – o reconhecimento público para interesses privados¹.

O artigo está organizado em três partes. Na primeira delas, denominada “Conjuntura: lá e aqui”, faço uma periodização das décadas de 1970-80, discorrendo sumariamente sobre a conjuntura política e o ambiente cultural da época para situar o leitor frente aos fatos que levaram a intelectualidade a abandonar progressivamente a *Totalidade* como categoria central de análise dialética da realidade e a abraçar a ideia de *Diversidade* como posição política hegemônica e *demanda ideológica* de frações sociais. Na segunda parte do trabalho, examinei a questão de forma mais específica, ou seja, considerando o impacto causado por esse deslocamento na área da Educação a partir de meados da década de 1990, período em que a *Diversidade* passa a ser adotada por uma parcela significativa dos professores universitários da área. Na terceira e última parte, intitulada “O que teme o Cotidiano”,

¹ No sentido contrário desse deslocamento para a *Diversidade*, o MST constitui um caso excepcional na medida em que a luta pelo controle social da terra e contra o latifúndio e o patrimonialismo se insere na dimensão mais ampla da luta de classes.

procuro concluir, observando o que se perdeu e o que não se conquistou com o deslocamento da *Totalidade* para a *Diversidade*, manifestando a minha profunda preocupação com o fato de a intelectualidade acadêmica ao achar-se no caminho do nirvana sensitivo pós-moderno esteja em verdade mergulhada numa espécie de patologia mórbida na qual a recusa da razão dialética seja apenas o sintoma denegatório das injustiças e desigualdades entre as classes sociais.

1. Conjuntura: lá e aqui

LÁ

A inflexão do processo de mudanças econômicas e políticas globais iniciada após a Segunda Guerra Mundial alcança o seu ponto máximo de curvatura nos primeiros anos da década de 1970, na chamada “crise do petróleo”. Com efeito, em 1973, a economia alcançara uma forma única, cada vez mais integrada e universal, operando transnacionalmente, “por sobre as barreiras da ideologia do Estado” (HOBBSAWM, 1995, p.12-19), verificando-se aí um verdadeiro conflito de interesses na gestão dos negócios do Capital.

De um lado, sob a liderança dos EUA, os países europeus industrializados que haviam recuperado as suas economias no pós-guerra, contando com investimentos diretos daquele país e com uma forma de organização econômica e política baseado no Estado de Bem-Estar Social, se encontravam internamente pressionados por influentes setores ultraliberais da burguesia que viam no aumento exponencial dos gastos públicos com a seguridade, com a educação e a saúde, dentre outros itens da pauta social, um fator de enfraquecimento econômico e perda de competitividade no mercado interno e externo.

Complementarmente cabe observar que agregada à problemática da expansão descontrolada dos gastos públicos estava um preocupante declínio das taxas de lucros das empresas norte-americanas e europeias, decorrente em grande parte da inédita e selvagem concorrência das empresas japonesas, notadamente da indústria automobilística e eletroeletrônica, cuja cadeia produtiva flexível permitia alcançar preços mais favoráveis no mercado externo.

Nesse sentido, pode-se dizer que a conjuntura ajudava sobremodo a pressão de economistas e ideólogos ultraliberais, como F. Hayek e M. Friedman na disputa ideológica que travavam com economistas e ideólogos da social-democracia seguidores das idéias de J. M. Keynes em torno do papel político do Estado na economia real. Portanto, se a “crise do petróleo” foi, conjunturalmente, mais uma dentre outras inúmeras crises cíclicas do Sistema Capital no século XX, estruturalmente ela reuniu o maior número de elementos formadores de crises dessa natureza e, nesse sentido, ela representou a um só tempo o vértice e o início da ruptura de uma “era de

extremos” (HOBBSAWM, 1995), processo este que seria concretizado, mas não de todo apreendido, no dia nove de novembro de 1989².

E, de fato, nos anos seguintes, da mesma forma que a crise do petróleo havia freado temporariamente o avanço econômico do ocidente, a mesma crise serviria para que o capitalismo revisse profundamente o modelo fordista-keynesiano até então adotado e acelerasse o processo de reestruturação da atividade produtiva para reduzir fortemente o papel do Estado na rede de proteção social, tal como reivindicado pelos ideólogos do ultraliberalismo.

Assim, a Inglaterra primeiramente, seguida pelos EUA e pela Alemanha e, posteriormente, pelos países semi-industrializados de economia dependente, executariam um repertório de medidas ultraliberais com base no pressuposto de que o “governo não era a solução, mas o problema” (Ronald Reagan, apud HOBBSAWM, 1995, p. 401), tornando-as o fio político condutor da economia mundial. Do ponto de vista ideológico mais amplo e mais profundo o pensamento ultraliberal – também chamado de neoliberal – buscaria então, *pari passu*, garantir estrategicamente o controle total da vida social.

De pronto ressaltou-se o argumento de que se tornara imperioso para a competitividade das nações ocidentais a contenção dos gastos públicos e a reestruturação da cadeia produtiva das empresas. E o preço pago por isso pela classe trabalhadora nos países desenvolvidos foi alto e até aqui irrecuperável. Contra essa classe, romperam unilateralmente acordos trabalhistas, demitiram-se trabalhadores em massa, quebraram-se sindicatos centenários. E nas inúmeras ditaduras espalhadas pelo mundo subdesenvolvido, especialmente na América Latina, o preço pago foi ainda maior, pois a ele somou-se a violência perpetrada pelo Estado e pelos empresários contra toda a sociedade civil. Nos médio e longo prazos, mediante o enxugamento do Estado (“Estado mínimo”) que levaria à privatização da previdência social, dos serviços educacionais, da saúde etc. bem como a definição em praticamente todas as áreas do conhecimento de parâmetros maciçamente voltados para a formação de pessoal e para a empregabilidade ajustáveis ao paradigma do mercado. A título de exemplo cabe mencionar que um dos acordos mais conhecidos teve como parâmetro orientador um documento preparado pela Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI para a UNESCO. Publicado em 1996, o documento conhecido como “Relatório Delors”, escondia no seu título ambicioso, “Educação ao Longo de Toda a Vida”, a intenção política de se articular a educação ao mundo do trabalho e da produção do conhecimento numa sociedade subsumida pela competitividade e o mercado³. E foi nos médio e longo prazos que a “retórica do mercado”, disseminada *ad nauseam* pelo aparato ideológico ultraliberal, tornar-se-ia o principal esteio da emergência e da consolidação das “novas formas de hegemonia cultural e política” que ficariam conhecidas

² A data faz referência à “queda do Muro de Berlim”, comemorada por muitos como o “fim da história”.

³ Sobre esse assunto ver Almeida (2007).

como *pós-modernas* (HOLLANDA, 1990, p. 7)⁴.

É provável que as frases mais conhecidas espalhadas por todos os continentes pelo radicalismo estudantil de 1968 tenha sido “*seja realista, exija o impossível*” e “*a imaginação no poder*”. É provável também que elas até hoje não tenham sido de todo compreendidas. Certo é, porém, que o combustível polêmico nelas contido manteve bem aceso o ambiente cultural e acadêmico por uma década e meia a seguir. Se a primeira frase está naturalmente associada ao debate epistemológico/ideológico inaugural que os pós-modernos travam com a *Totalidade* e toda a sorte de categorias que localizam nas chamadas metanarrativas, já a segunda frase evidencia os seus objetivos políticos. Abordarei o problema em dois momentos, sendo o segundo já na conclusão.

Na França, mais do que em qualquer outro país europeu, a intelectualidade de esquerda procurava dar conta da polissemia da frase “*seja realista...*” questionando e desconstruindo o consagrado sentido marxista de revolução, sendo esse o caminho trilhado por pensadores como Michel Foucault e Jacques Derrida, respectivamente. Na mesma direção desconstrutivista outros intelectuais, como Jean-François Lyotard, Gilles Deleuze e Felix Guattari, recusariam radicalmente a ideia de *verdade* contida naquilo que chamavam de *metadiscursos* modernos, propondo, em contrapartida, caminhar para “*mais perto do concreto, do presente, cooperando com as forças do acontecimento, decodificando e dando coerência aos detalhes da cotidianidade*” (BARBOSA, 1986, p. xiii).

Na Alemanha, os últimos ecos da Escola de Frankfurt se faziam ouvir ao longe na voz de Jürgen Habermas que travaria, por um bom tempo, uma dura batalha com seus colegas franceses os quais criticava de “*neoconservadores*” por conta do abandono destes da ideia de verdade e Razão moderna. Na verdade, para o nosso estudo, importa muito pouco saber que posição teórica foi mais “*neoconservadora*”, se a de Habermas ou a dos pós-estruturalistas franceses, Derrida e Foucault. Fundamental é saber que o debate sobre o pós-modernismo serviria apenas como pretexto para que ambas as posições exercitassem à exaustão a denúncia ao materialismo histórico como método de interpretação da realidade, acusando-o de incapaz de dar conta das transformações globais do mundo contemporâneo e da nova subjetividade nele emergente. À margem desse debate entre acadêmicos franceses e alemães, as universidades de língua inglesa, em especial as do Reino Unido, colocavam em prática a proposta pós-moderna de *caminhar para mais perto da cotidianidade*.

Com efeito, em meados dos anos de 1970, uma nova onda teórica baseada principalmente nas ideias sobre diversidade do teórico jamaicano, Stuart Hall, alcançaria “*um sucesso sem precedentes em meio à fragmentada esquerda acadêmica*” de então (NELSON, 1995, p. 13). Ao fim daqueles anos a onda atravessaria o Atlântico conquistando entusiasmados adeptos

⁴ Sobre o assunto ver Reis (2005).

entre os militantes da contracultura e, especialmente, entre os antiteóricos do movimento *camp* norte-americano⁵. Em menos de uma década o meio educacional do Canadá e dos EUA, sob a liderança de Peter McLaren e Henry Giroux, dentre outros, apreenderia a problemática lançada por Hall como uma promessa intelectual especialmente favorável às preocupações correntes quanto aos direitos civis das minorias raciais, das mulheres e dos homossexuais naqueles países. Perceberam os educadores que a preocupação com a diversidade cultural somada ao projeto de desconstrução da racionalidade moderna encabeçado pelos principais ideólogos do pós-estruturalismo francês⁶, atendia plenamente aos anseios públicos da crescente e expressiva manifestação politicamente correta que tomava conta das universidades e da intelectualidade liberal⁷ dominante nos círculos artísticos e literários de grandes cidades como Nova Iorque, São Francisco, Boston, Montreal, Toronto e Quebec. Constituído como campo de Estudos Culturais, as ideias de Hall seriam então assumidas quer como uma tendência teórico-crítica multiculturalista, quer como uma orientação estratégica de base “pós-gramsciana” com vistas a intervir na prática educacional, sendo observado em ambos os casos o uso de uma metodologia ambígua – uma *bricolagem* – como imperativo de se combinar dialeticamente o pragmatismo e a auto-reflexão como estratégia para “recuperar a cultura e a história da classe operária” (NELSON, 1995, p. 15).

Aqui

O desenho geopolítico das relações internacionais no período pode ser resumido grosseiramente em três níveis complementares de abordagem. O primeiro deles, pelo aumento descontrolado da dependência e da desigualdade em toda a América do Sul, a América Central e o Caribe face aos países industrializados. Esses últimos, de modo a garantir empregos em suas próprias regiões, elevaram os subsídios agrícolas e adotaram o protecionismo econômico ao mesmo tempo em que forçavam os países dependentes a fazerem uma drástica redução da sua produção mediante o corte de crédito e o aumento dos juros internacionais. Disso resultou o crescimento incontrolável das dívidas interna e externa da maioria de toda macro região ao sul dos EUA, pondo em evidência a fragilidade da situação econômica dos governos ditatoriais que até então se sustentavam politicamente com base num crescimento artificial⁸.

O segundo nível diz respeito ao quadro de violência e barbárie

⁵ A ideia de um movimento *camp* – que designa, literalmente, uma “atitude teatral”, “exótica”, “brega”, “ostensiva” – pode soar talvez demasiado, porém não de todo deslocado e muito menos incorreto. A referência a ele aqui se faz no sentido mesmo de um dos muitos sintomas da barbárie capitalista na condição pós-moderna.

⁶ Dentre os anteriormente mencionados, Michel Foucault, Jacques Derrida e Jean-François Lyotard.

⁷ Nos EUA e no Canadá o termo “liberal” designa uma posição política de centro, portanto, equidistante às posições “conservadora”, de direita, e radical, de “esquerda”, respectivamente.

⁸ Vale lembrar que, no Brasil, o AI5 (Ato Institucional nº 5), foi extensivo à economia.



Política e diversidade

experimentada pelos países integrantes da *Operação Condor* no Cone Sul⁹. Por toda a década de 1970 se somaram centenas, talvez milhares de casos de intelectuais, acadêmicos e artistas presos, torturados e banidos do país por motivos políticos, sendo que aqueles que permaneceram nos seus respectivos países estavam impedidos pela censura de se manifestarem¹⁰.

Por fim, o terceiro nível diz respeito à sensibilidade desperta na esfera cultural em meio ao tímido processo de abertura política no Brasil, que é o que nos interessará mais de perto nesse texto.

Olhada pelo ângulo macro das relações sociais mais amplas, as tensões e embates da intelectualidade na década de 1980 se revelaram positivas e generosas à medida que uma parcela expressiva da sociedade, em especial a juventude, pode experimentar a alegria de viver intensamente o debate público que se espalhou pelas universidades e escolas do país. Dentre os inúmeros exemplos notáveis, destaca-se, sem dúvida, a eleição direta do professor Horácio Macedo – um conhecido membro do Partido Comunista Brasileiro – para a reitoria da UFRJ, a maior universidade pública do país. Ato contínuo à sua posse, Macedo autoriza, em 1986, a exibição do filme *Je vous salue Marie*, de Jean-Luc Godard, nas instalações da universidade¹¹.

Olhadas pelo ângulo micro dos interesses privados, muitas divergências evidenciavam, no entanto, breves conflitos medíocres em torno de *demandas ideológicas* fracionadas que lutavam para encontrar espaço nos meios de comunicação, sendo estes últimos os principais interessados em dar à notícia uma dimensão *espetacular*¹². Foi esse o caso do *espetáculo* registrado nas páginas dos principais jornais do país como “patrulhas ideológicas s.a”, um dos muitos rótulos apelativos pespegados pela imprensa em eventos culturais que queriam promover¹³.

Houve, evidentemente, inúmeras tentativas de explicação para o problema da divisão da intelectualidade brasileira. Para Ferreira Gullar (1989, p. 84-85), por exemplo, dois motivos principais se apresentavam: a ausência de uma realidade “perfeitamente delineada e definida pela ditadura, e a saturação do compromisso político do intelectual” teria gerado conflitos pessoais e interpessoais entre ser ou não ser fiel aos temas políticos. Todavia, é preciso notar que as causas da divisão não estavam, obviamente, localizadas apenas nas dificuldades apresentadas pelo contexto brasileiro anterior e, neste, na abertura política em si, como procura mostrar Ferreira Gullar. Fosse dessa maneira teríamos que crer numa espécie de “essencialidade de esquerda”

⁹ Articulada pelos regimes militares da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, tal operação teve início em meados dos anos de 1970 e tinha como objetivo coordenar a repressão aos opositores daqueles regimes. Durou cerca de uma década.

¹⁰ Note-se ainda que a inexistência do aparato tecnológico de hoje, como, por exemplo, o aparelho celular, o microcomputador, a Internet etc., limitava extraordinariamente o acesso ao conhecimento produzido no exterior, dificultando qualquer tomada de posição frente aos rumos do pensamento e da criação artística.

¹¹ Proibido em todo o país pelo então presidente civil José Sarney, preposto do que restara do regime militar, o filme, de 1985, aborda de forma iconoclasta um tema caro à igreja católica: a dualidade corpo espírito.

¹² Ver Guy Debord (1997).

¹³ Outro deles, bastante conhecido, foi a “Geração 80”. Sobre o assunto ver Ronaldo Rosas Reis (2004).



do intelectual e do artista, algo certamente impensável sob qualquer circunstância. Dessa forma, o mais provável é que os motivos que teriam levado a realidade a ter o seu contorno embaçado estivessem assentados na crise estrutural do capitalismo, iniciada em fins dos anos de 1960, cujo efeito mais profundo alcançaria o Brasil dez anos depois.

De fato, a condição de economia capitalista dependente combinada e desigual do Brasil, associada à situação política especial imposta pelo regime militar foram fatores determinantes para mascarar e embaralhar concepções ideológicas e posições políticas, contribuindo de imediato, por ocasião da abertura política, para aumentar a complexidade do quadro. O atraso brutal da produção do conhecimento decorrente da boçalidade geral imposta pela ditadura militar, na década de 1970, repercutia assim, uma década depois, nos embates do tempo da abertura política, dizendo muito a propósito do caráter frágil (ou da falta dele) da base epistemológica e metodológica de grande parte da intelectualidade brasileira. Sem dúvida, de forma não muito diferente do que ocorria na esfera econômica do país, a intelectualidade brasileira dependia do conhecimento produzido no exterior e da sua importação pelos intelectuais que haviam sido banidos e que ora voltavam ao país no bojo da abertura política. E se não eram poucas as posições abrigadas sob o arco político-ideológico da resistência ao regime¹⁴, também poucas não eram as interpretações das teses então recém-chegadas.

Naquele momento, portanto, fossem as *demandas ideológicas* legítimas ou artificialmente criadas por organismos não-governamentais especializados, a fragilidade era tanta que dificultava até mesmo aos protagonistas dos debates encontrarem – para além do que restara fazer frente aos resquícios da ditadura – elementos empíricos que justificassem minimamente o abandono da *Totalidade* como categoria de análise dialética da realidade. Todavia, à medida que o arco político-ideológico de oposição ao regime se desfazia rapidamente, revelavam-se na mesma velocidade as verdadeiras posições dos intelectuais envolvidos nos debates. Nesse sentido, uma parcela significativa deles desprezaria os fatores macroestruturais e ato contínuo passaria a invocar a diversidade cultural, o pluralismo de ideias e a relatividade do cotidiano como elementos táticos para abordar o grande tema do chamado processo de redemocratização do país: o pacto político-social. Foi dessa forma que, para não fugirem ao padrão dependente do exterior, a *Totalidade* foi progressivamente abandonada e a intelectualidade brasileira adentrou os anos de 1990 abraçando a ideia da *Diversidade* como posição política hegemônica.

2. O impacto na Educação

Fiz essa periodização inicial, percorrendo sumariamente sobre a conjuntura

¹⁴ O arco cobria, à esquerda, posições stalinistas, leninistas e trotskistas, e, à direita, uma variedade de matizes liberais-conservadoras. Dentre estes últimos merece destaque o advogado e historiador weberiano Raymundo Faoro e o jurista católico Sobral Pinto.

política e o ambiente cultural de mais de duas décadas passadas para situar o leitor, grosso modo, frente aos fatos que levaram a intelectualidade a abandonar progressivamente a *Totalidade* como categoria central de análise dialética da realidade e a abraçar a ideia de *Diversidade* como posição política e *demanda ideológica*.

Nessa parte do trabalho examinarei a questão de forma mais específica, ou seja, considerando o impacto causado por esse deslocamento na área da Educação a partir de meados da década de 1990, período em que, conduzida “pela mão de Boaventura”¹⁵, uma parcela significativa dos professores universitários da área adota a ciência do senso comum (o conhecimento sem teoria) como ferramenta estratégica para, de um lado, afirmarem o poder de emancipação das subjetividades (assim mesmo, no plural) como objetivo político central da *Diversidade*, e, de outro lado, para positivarem o *cotidiano escolar* como o principal elemento empírico de referência da chamada “educação popular”.

Talvez devido ao empenho dos educadores em construir uma proposta unificada para a nova lei da educação nacional, talvez devido à própria natureza endógena da área e/ou por diversos outros motivos, o fato é que somente na década de 1990 os educadores se debruçaram sobre as questões abrangidas pela *Diversidade*, debatidas intensamente no Brasil na grande área das Ciências Humanas e mais pontual e timidamente na área educacional, no campo dos Estudos Culturais. E não obstante a forma combinada e desigual com que esse movimento ocorreu em face da chamada “crise do marxismo”, após a queda do Muro de Berlim, até o final daqueles anos, ele ganharia força e velocidade. Nesse ponto, faz-se necessário aqui observar alguns aspectos da inflexão ocorrida na trajetória da pesquisa acadêmica profissional na área educacional.

Com efeito, da criação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa (ANPED), em 1976, até meados da década de 1990, sempre sob a influência de Dermeval Saviani, um número significativo de pesquisadores acadêmicos profissionais pautaram os seus estudos na perspectiva do método marxista. A partir de então, seguindo a onda já descrita na periodização realizada na primeira parte deste artigo, os temas educacionais voltados para a análise dialética das relações sociais de produção cederam lugar, majoritariamente, para temas pautados pela problemática da diversidade cultural. De acordo com Alves e Garcia (1999), esse deslocamento ocorreu na medida mesma em que cresceu a necessidade de se obter uma “multiplicidade e fluidez” do pensamento dentro da qual se entende o “espaço/tempo do conhecimento criado no cotidiano [...]” (Ibid., p. 13). Para elas, tal ocorrência se apresentou conforme o ideário libertário de Paulo Freire e, portanto, “[...] insubstituível no que se refere, sobretudo, aos conhecimentos da prática” (Ibid., p. 13). É a partir desses pressupostos elementares que se constituiu dinamicamente o

¹⁵ Faço aqui uma óbvia referência a *Pela mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade* (2005), uma das obras mais conhecidas de Boaventura Sousa Santos.

campo de estudo e ação denominado de Cotidiano Escolar.

Se, no ponto de vista das professoras, evidencia-se a perspectiva política de afirmação das subjetividades a partir do enfrentamento de qualquer tipo de norma formal (linguística, epistemológica, estética, ética etc.) e de um compromisso contra-hegemônico em relação aos vários e sutis sistemas de dominação ainda hegemônicos¹⁶, esconde-se, porém, um tipo de visão contraposta que anula completamente a intenção política, devolvendo o conhecimento emergente das subjetividades para o terreno da norma formal – e, por extensão, ao pensamento dominante – que buscavam desconstruir. Resta saber por que isso ocorre e se tal contradição não pode ser antecipada e, no limite, evitada.

Começando pelo meio, a resposta é sim quanto à antecipação. Quanto à parte final da pergunta, isto é, se é possível evitá-la, faz-se necessário analisar o dualismo subjacente à crença no poder das subjetividades como instrumento de emancipação ou autonomia dos indivíduos e de que maneira isso induz à contradição, reforçando o caráter alienante da ciência do senso comum ou, conforme dissemos, do conhecimento sem teoria.

A partir daqui, passo então a esboçar a conclusão desse trabalho.

3. Um esboço de conclusão: o que teme o Cotidiano?

Peço licença para fundamentar o meu argumento, recorrendo a um trabalho que publiquei há tempos no qual chamava a atenção para a tese de Marx e Engels (2002) sobre a subordinação dialética da vida cultural ao modo de produção dominante. Nele, dizia especificamente que, baseada na propriedade particular dos meios de produção e circulação de mercadorias, como no capitalismo, a vida cultural refletirá essa determinante e que a autonomia conquistada pela vida cultural em relação a aquele modo dominante não seria capaz de dirimir o conflito existente entre interesses distintos de classes e tampouco capaz de modificar radicalmente a estrutura econômica (REIS, 2006, p. 147-162). Considerava assim que a contradição produzida pelo conflito de interesses é efêmera, porquanto circunscrita à esfera intelectual, sendo o tempo de duração da contradição o suficiente e necessário para que a estrutura a absorva e a devolva à vida cultural como consciência reificada. Concluía, dizendo que a reificação da consciência decorre de um procedimento histórico-teleológico padrão utilizado pela classe dominante conhecido como “mudar para manter”. Tal procedimento é o que tem permitido à burguesia, a despeito da exigência de objetividade do seu modo de produção e controle da sociedade, exercer a sua hegemonia admitindo a inclusão de formas de manifestações culturais antagônicas ao seu próprio estatuto (Ibid.). Isso posto, posso agora retomar a questão deixada em aberta mais acima.

¹⁶ Sobre esse tipo de compromisso ver Jameson (1994).

Ora, em que pese a crença no poder das subjetividades como instrumento de emancipação constituir, obviamente, um tipo de visão intelectualmente legítima, ela não deixa de ser determinada pela totalidade das relações sociais no modo de produção existente; logo sua pretensão à autonomia ou bem manifesta um dualismo semelhante à negatividade programada das vanguardas culturais da modernidade – o que seria contraditório face ao desregramento pós-moderno –; ou bem manifesta um dualismo fundado no dogma religioso da redenção – o que pelo mesmo motivo anterior seria não menos contraditório –; ou bem manifesta um dualismo de qualquer tipo, pouco se importando com as semelhanças possíveis. Este último caso, que eu denomino de *alívio denegatório*, é o que me parece mais provável¹⁷.

Trata-se, em linhas gerais, de uma espécie de patologia mórbida na qual a recusa da razão dialética se manifesta como sintoma para obnubilar a incapacidade revolucionária da perspectiva micro (das subjetividades e do cotidiano) para superar as assimetrias entre as classes sociais. Assim, ao virarem as costas para a *Totalidade*, as tendências pós-modernas o fazem tementes de exporem sua visão ilusória e ambígua da realidade. Ilusória, porque a contrapartida da *Diversidade* é ela própria uma política fragmentada a disputar posições de pouca importância coletiva no macro espaço da luta de classes. Ambígua, porque como posição política, a *Diversidade* é uma contradição em termos, logo, para se positivar no espaço social ela necessita manifestar-se mediante *demandas ideológicas* (sexuais, étnicas, raciais, ambientais, necessidades especiais etc.) de frações sociais que reivindicam e disputam no espaço do cotidiano – vale dizer, sem qualquer legitimidade de classe – o reconhecimento público para seus interesses privados.

Nesse sentido, aqueles que, ao procurarem nos convencer de que todo o questionamento acerca da ideologia do poder está vinculado à questão cultural e aos temas a ela imediatamente subordinados, o fazem na ideia de um mundo no qual a fome, a miséria, o trabalho infantil etc., podem ser sublimados por meio da “imaginação sociológica” e do “pensamento utópico”, como propõe Boaventura Sousa Santos (2005). No mais das contas, o que o deslocamento para a política da *Diversidade* parece buscar é uma espécie de nirvana sensitivo pós-moderno. Uma distopia obscurantista.

Referências

ALMEIDA, Jane Barros. **Educação ao longo de toda a vida**. Uma proposta de educação pós-moderna da Unesco. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007.

ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite. **O sentido da escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

¹⁷ Tal noção remete-se ao conceito de “alívio pós-moderno”, de Fredric Jameson (1994).

- BARBOSA, Wilmar do Vale. Tempos pós-modernos. In: LYOTARD, J. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- GULLAR, Ferreira. **Indagações de hoje**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**. O breve século XX. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1990.
- JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo**. A lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1994.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- NELSON, Cary. Estudos culturais: uma introdução. In: SILVA, T. T. (Org.) **Alienígenas em sala de aula**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- REIS, Ronaldo Rosas. Os dois mundos de Alexander K. : classe cultura e consumo em Adeus, Lênin. In: TEIXEIRA, I. A.; LOPES, J. M. (Orgs.) **A diversidade cultural vai ao cinema**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- _____. **Educação e estética**. Ensaios críticos sobre arte e formação humana no pós-modernismo. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. Geração 80: um rótulo na imprensa carioca. In: VIEIRA, F. A.; ROEDEL, H. (Orgs.) **Rio de Janeiro: panorama sociocultural**. Rio de Janeiro: Rio, 2004, p. 125-146.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2005.